

Coordenadores
Marcelo Novelino
André Fellet

SEPARAÇÃO DE PODERES

ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS
DA RELAÇÃO ENTRE EXECUTIVO,
LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

2018

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

CAPÍTULO 01

AS MUDANÇAS INFORMAIS NA CONSTITUIÇÃO PELA EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL: CONDIÇÕES E LIMITES..... 15

Adriano Sant'Ana Pedra

1. INTRODUÇÃO 15
2. A MUTAÇÃO COMO FENÔMENO INERENTE ÀS NORMAS CONSTITUCIONAIS 16
3. A SUPREMACIA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO..... 18
4. MARCOS BALIZADORES DAS MUTAÇÕES NA JURISPRUDÊNCIA CONSTITUCIONAL..... 19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 32
6. REFERÊNCIAS 32

CAPÍTULO 02

(DES)GOVERNANÇA NA ATUAÇÃO DO EXECUTIVO E JUDICIÁRIO NA PROMOÇÃO DA SAÚDE BRASILEIRA 35

Amanda Sanches Dalto de Carvalho

- I. INTRODUÇÃO 35
- II. BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A SEPARAÇÃO DE PODERES..... 36
- III. A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL..... 41
 - 3.1. O caminho complexo da formulação de políticas..... 42
 - 3.2. O SUS como política pública em resposta ao direito fundamental à saúde. 46
 - 3.2.1. Competências dos entes federativos e financiamento do SUS..... 48
- IV. A SEPARAÇÃO DE PODERES SOB O OLHAR DA JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE..... 49
 - 3.1. O Controle da saúde pelo Poder Judiciário 52
- V. CONCLUSÃO 55
- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA..... 56

CAPÍTULO 03

SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO: ENTRE O CONGRESSO NACIONAL E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... 59

André Fellet

- I. Introdução 59
- II. Pluripartidarismo, multipartidarismo e as tentativas de se instituir cláusulas de desempenho no Brasil..... 62

III. O princípio da fidelidade partidária e sua extração do texto da Constituição Federal de 1988.....	80
IV. Da “crise dos Parlamentos” às mutações constitucionais.....	91
V. Conclusão.....	110

CAPÍTULO 04

REPRESENTAÇÃO ARGUMENTATIVA DOS TRIBUNAIS CONSTITUCIONAIS..... 113

André Rufino do Vale

Introdução.....	113
I. Repensando a representação democrática.....	115
II. A representação argumentativa dos tribunais constitucionais.....	125
III. Tribunais constitucionais e seus auditórios.....	129
Considerações finais: a representação argumentativa como diretriz para o aperfeiçoamento da prática deliberativa de um Tribunal Constitucional.....	133

CAPÍTULO 05

DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA..... 137

Carlos Bernal Pulido

CONVERGÊNCIA NA POSITIVAÇÃO CONSTITUCIONAL DE DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA.....	139
CIRCUNSTÂNCIAS COMUNS NO JULGAMENTO DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS ECONÔMICOS E SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA.....	141
CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA SOBRE PADRÕES DE JULGAMENTO DE DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA.....	146
EM BUSCA DE UMA EXPLICAÇÃO.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153

CAPÍTULO 06

OS TRIBUTOS E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS: LIMITES, OBJETIVOS E INSTRUMENTOS..... 157

Celso de Barros Correia Neto

1. Introdução.....	157
2. Das Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar aos Direitos Fundamentais do Contribuinte.....	158
3. Direitos Fundamentais do Contribuinte.....	162
4. Direitos do contribuinte como cláusulas pétreas: ADI 939.....	165
4.1. O caso.....	166
4.2. Importância do julgado.....	167
5. Direitos Fundamentais e os Direitos do Contribuinte.....	170
6. Normas Tributárias e Direitos Humanos: interfaces e relações.....	172

6.1. Direitos Fundamentais do Contribuinte como direitos de defesa	175
6.2. Tributos como instrumentos de financiamento dos direitos fundamentais.....	177
6.3. Extrafiscalidade como meio de efetivação dos direitos fundamentais.....	182
7. Conclusão	184
8. Referências	184

CAPÍTULO 07

O USO DE MEDIDAS CAUTELARES NO CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE

187

Gilmar Ferreira Mendes

I. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	187
II. A reserva de plenário para decidir sobre medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade	191
III. CONVERSÃO DO JULGAMENTO DA MEDIDA CAUTELAR EM JULGAMENTO DEFINITIVO DE MÉRITO	199
IV. PROBLEMÁTICA ATUAL QUANTO À (IN)EFICÁCIA DO RITO DO ART. 12 DA LEI 9.868/99.....	203
V. FUNGIBILIDADE ENTRE PROCEDIMENTOS CAUTELARES NAS AÇÕES DO CONTROLE ABSTRATO DE CONSTITUCIONALIDADE	206

CAPÍTULO 08

A SEPARAÇÃO DOS PODERES E A ATIVIDADE LEGISLATIVA NO ESTADO DE DIREITO CONTEMPORÂNEO: TÓPICOS

209

Inocêncio Mártires Coelho

I. Introdução	209
II. Separação dos poderes e atividade legislativa	212
III. Conclusão	227

CAPÍTULO 09

DIVISÃO DO PODER E PARTIDOS POLÍTICOS

229

Jorge Miranda

CAPÍTULO 10

A RAZÃO SEM VOTO: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E O GOVERNO DA MAIORIA

239

Luís Roberto Barroso

I. Introdução	240
I. O direito constitucional na ditadura: entre a teoria crítica e o constitucionalismo chapa branca	241

II. A construção de um direito constitucional democrático: a busca pela efetividade da Constituição e de suas normas	243
III. Neoconstitucionalismo, constitucionalização do direito e a ascensão do Judiciário	244
I. As transformações do direito contemporâneo	247
II. Sociedades complexas, diversidade e pluralismo: os limites da lei no mundo contemporâneo.....	250
III. Discricionariedade judicial e resposta correta.....	254
I. A jurisdição constitucional.....	259
II. O papel contramajoritário do Supremo Tribunal Federal.....	260
II. A crise da representação política.....	263
III. O papel representativo do Supremo Tribunal Federal	265
Conclusão	280

CAPÍTULO 11

O CARÁTER MATERIALMENTE CONSTITUCIONAL DOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS281

Luiz Edson Fachin
Miguel Gualano de Godoy
Roberto Dalledone Machado Filho
Luiz Henrique Krassuski Fortes

I. Introdução	282
I.I. Truísmo: o que é uma Constituição? Ou o que uma Constituição constitui?	284
I.II. Advertência: problematizando a insistente e improdutiva hierarquização aparente entre o direito interno e direito internacional ..	285
I.III. A democracia como elemento e exigência comuns ao direito interno e ao direito internacional	290
II. O Caráter Materialmente Constitucional dos Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos (art. 5º, § 2º, CRFB) e a Proteção Internacional dos Direitos Humanos	292
III. O art. 5º, §2º da Constituição da República e o Papel do Poder Judiciário: Interpretação e Aplicação das Normas Internacionais de Direitos Humanos Materialmente Constitucionais.....	294
III.I. Resolvendo o (aparente) conflito entre as jurisdições: “Diálogo das Cortes” e “duplo controle”	295
IV. O art. 5º, § 3º, CRFB, e o Papel do Poder Legislativo: Faculdade de Incorporar Tratados e Convenções Internacionais sobre Direitos Humanos mediante Procedimento Equivalente ao de Emenda à Constituição.....	297
IV. Conclusão	298
Referências Bibliográficas.....	300

CAPÍTULO 12

A EFICÁCIA OBRIGATÓRIA DOS PRECEDENTES DO STF ANTE A SISTEMÁTICA DO NOVO CPC.....305

Marcelo Novelino

1. INTRODUÇÃO	305
2. Premissas	308
2.1. Premissas teóricas.....	308
2.2. Premissas fático-jurídicas	311
2.2.1. O contexto decisório	312
2.2.2. Fatores cognitivos.....	314
2.2.2.2. Viés de confirmação	315
2.2.3. Fatores ideológicos.....	318
3. O papel do Supremo Tribunal Federal	323
4. A eficácia obrigatória dos precedentes	326
4.1. Eficácia obrigatória e efeito vinculante: distinção necessária.....	328
4.2. A identificação da ratio decidendi: problemas e soluções	332
5. CONCLUSÃO	335
BIBLIOGRAFIA	336

CAPÍTULO 13

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DO PROCESSO LEGISLATIVO ANTE OS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICO E DA SEPARAÇÃO DE PODERES.....339

Marco Aurélio Mello

Introdução.....	339
1. O princípio estruturante da separação de poderes.....	342
2. A jurisprudência do Supremo quanto ao controle de constitucionalidade do processo legislativo.....	344
3. A impossibilidade do controle de constitucionalidade do conteúdo dos projetos de lei ante o princípio da separação de poderes	353
4. O Supremo deve aceitar o diálogo com o Congresso Nacional.....	355
5. Conclusões.....	359

CAPÍTULO 14

AS FRONTEIRAS CONSTITUCIONAIS DA EXPANSÃO DO PODER JUDICIÁRIO: NOTAS ACERCA DOS LIMITES MATERIAIS DA INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS PENAIS.....363

Paulo Paiva

1. Introdução	363
2. Evolução da jurisprudência do TSE acerca do art. 350 do Código Eleitoral e a decisão no Recurso Especial Eleitoral nº 3.845.587	366

3. Acerca da natureza aditiva da decisão do TSE no Recurso Especial Eleitoral nº 3.845.587	368
4. A interpretação das normas penais pelos tribunais superiores e os limites constitucionais da expansão do Poder Judiciário	370
5. Considerações finais.....	381
Referências bibliográficas	383

CAPÍTULO 15

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A REESCRITA DO ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS.....385

André Fellet

I. Considerações acerca do denominado Estatuto dos Congressistas	385
II. Há um modelo contemporâneo da separação de poderes?	391
III. Sobre a efetiva reescrita do Estatuto dos Congressistas pelo Supremo Tribunal Federal	395
IV. À guisa de conclusão	407